

CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E ADESÃO AO VOTO OBRIGATÓRIO: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA?

CONFIDENCE IN INSTITUTIONS AND MANDATORY VOTING ADHERENCE: A NECESSARY RELATIONSHIP?

Stefan B. Czaplinski

Luiz Domingos Costa

RESUMO

O presente trabalho aborda como tema central a problemática de uma eventual implantação do voto facultativo no Brasil. O trabalho realiza um balanço sobre os argumentos em favor e contra a adoção do voto facultativo e suas consequências. Em seguida, a partir de uma pesquisa com amostra não probabilística realizada em Curitiba em 2014, explora quais variáveis estão mais associadas com a posição favorável ao voto facultativo, tais como sexo, idade, escolaridade e percepção sobre o funcionamento das instituições políticas. O fio condutor do trabalho é a preocupação com a exclusão de determinados setores caso o voto facultativo venha a ser adotado. Dessa forma, o trabalho conclui que o voto obrigatório pode manter maior inclusão eleitoral e evitar a super-representação de eleitores mais mobilizados, como pertencentes a movimentos sociais ou a grupos cativos de lideranças políticas, como os eleitores neopentecostais.

Palavras-chave: voto obrigatório; voto facultativo; desconfiança nas Instituições Públicas.

ABSTRACT

The main objective of the following paper is to consider the possibility of implementing the voluntary voting in Brazil. The project aims to summarize the arguments pro and against the adoption of the voluntary voting and its consequences. Then, from a non-probabilistic research sample held in Curitiba in 2014, it considers which variables are more associated with the favorable position to voluntary voting, such as sex, age, schooling and the perception of how the political institutions work. The guiding principles of the project is the concern with the exclusion of certain sectors if the voluntary voting is adopted. Thus, the project concluded that the mandatory voting could maintain some considerable electoral inclusion and avoid the super-representation of more engaged voters, such as the ones belonging to social movements or political leaderships, such as neo-Pentecostal voters.

Keywords: mandatory voting; voluntary voting; mistrust in public institutions.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema central a problemática de uma eventual e possível implantação do voto facultativo no Brasil. A existência de um modelo eleitoral

perfeito ainda não foi encontrada, então se torna necessário tentar atingir pelo menos um modelo aceitável para diminuir a distância entre os eleitores e as Instituições Públicas.

No Brasil há muitas pesquisas sendo publicadas indicando que a população tem fortes tendências a apoiar o voto facultativo. Uma pesquisa¹ recente do Datafolha aponta que a rejeição ao voto obrigatório chega a 61%. No Congresso Nacional as discussões acontecem e voltam à pauta seguidamente, bem como as publicações na mídia são constantes.

A obrigatoriedade do voto é uma polêmica antiga e sempre volta à tona nas eleições, por causa do grande número de eleitores que deixam de votar. O voto é obrigatório no Brasil desde 1932, mas a cada eleição o número de brasileiros que deixam de votar vem aumentando. Na penúltima eleição municipal, em 2008, a abstenção foi de 14,5% em todo o País. No primeiro turno da última eleição, foi de quase 16,5%. No total, cerca de 23 milhões de eleitores deixaram de votar em 7 de outubro. Além desses ausentes, quase 8% dos eleitores anularam o voto e 3% votaram em branco. Os principais argumentos a favor da continuidade do voto obrigatório são que a maioria dos eleitores participa do processo eleitoral, que o exercício do voto é um fator de educação política do eleitor, e que a democracia brasileira ainda é frágil e precisa ser legitimada pelo voto da maioria da população. Mas isso pode mudar, porque existem dezenas de propostas de emenda à Constituição em análise na Câmara que propõem o voto facultativo. Só que acordo para que o voto deixe de ser obrigatório ainda está longe de ser alcançado.

Os principais argumentos dos defensores do voto facultativo são que participar da eleição é um direito e não um dever e que o voto facultativo é adotado por todos os países desenvolvidos e de tradição democrática. Outro argumento é que o voto facultativo melhora a qualidade da eleição, porque os eleitores seriam mais conscientes e motivados.²

A opinião pública, pelo menos uma grande parte dela, não está alheia ao tema, apenas sente desapego pelas instituições políticas por vários fatores. Um dos fatores que geram altos níveis de desconfiança quanto aos partidos políticos é a corrupção. A

¹ DATAFOLHA (São Paulo). **Eleições:** Rejeição a voto obrigatório atinge 61% e alcança taxa recorde entre brasileiros. 2014. Elaborada por Instituto de Pesquisa Datafolha. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/05/1453158-rejeicao-a-voto-obrigatorio-atinge-61-e-alcanca-taxa-recorde-entre-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

² BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. TV Câmara. **Eleições Municipais 2012:** O voto deve ser facultativo ou obrigatório? 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/ELEICOES-MUNICIPAIS-2012/428485-O-VOTO-DEVE-SER-FACULTATIVO-OU-OBIGATORIO.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

inquietação da sociedade com o surgimento de escândalos que envolvem enriquecimento ilícito de políticos e funcionários públicos, licitações fraudulentas e denúncias de propinas ou tráfico de influência. A atividade política, partidos, dirigentes políticos e os funcionários públicos são identificados como fatores determinantes da corrupção. Existe a percepção de um divórcio entre uma classe política corrupta e uma sociedade civil honesta, ímpolita e transparente. (RUBIO, 2005).

Entretanto, Filgueiras (2009) argumenta que na sociedade brasileira existe uma disposição prática do brasileiro a entrar em esquemas de corrupção, que contrasta com sua configuração moral, proveniente do patrimonialismo que é a mazela da construção da República. Sendo assim, o cidadão não promoveria a separação entre os meios de administração e os funcionários e governantes, fazendo com que esses tenham acesso privilegiado para a exploração de suas posições e cargos.

O patrimonialismo, nosso vício de origem, é fruto de um Estado que intervém na sociedade coordenando e comandando, pelo alto, a exploração do mundo produtivo e mercantil. Tal vício de origem é nossa herança do mundo ibérico (FAORO, *apud* FILGUEIRAS, 2000).

Sendo assim, com base nessas argumentações, nesta monografia serão exploradas as variáveis: se a avaliação do governo, as denúncias de corrupção e a confiança nas instituições políticas, bem como os índices de aprovação do governo interferem na atitude da população em ser contrária ao voto obrigatório e assim causando um desapego a tudo que envolve a política.

Entre vários motivos, para estudar a implantação do voto facultativo suplantando o voto obrigatório serão destacados dois mais relevantes para o momento.

Primeiro: é através do voto que o cidadão, por mais que se sinta excluído da sociedade e de todo processo político tem a sua chance de participação, único mecanismo de expressão política que mantêm a equidade entre os cidadãos. (OLIVEIRA, 2004, ELKINS, 2000).

Segundo: há a possibilidade de que somente alguns grupos religiosos (LOPES, 2013) e alguns movimentos mobilizados (DE OLIVEIRA, 2004) elejam os representantes do povo.

Deste modo, este trabalho pretende investigar mais sobre o assunto e assim apresentar dados empíricos sobre o afastamento das pessoas no apoio à obrigatoriedade

do voto. E talvez proporcionar que essa pesquisa sirva para outros acadêmicos utilizarem em suas futuras pesquisas.

Esta pesquisa possui três objetivos:

1. Primeiro: Testar a relação entre confiança nas Instituições Públicas e voto obrigatório.
2. Segundo: Testar a relação entre percepção da corrupção e adesão ao voto obrigatório.
3. Terceiro: Testar se existe relação entre a avaliação do governo e a adesão ao voto obrigatório na sociedade.

Assim como Elkins (2000), argumenta que ter mais pessoas participando, especialmente aquelas que de outra forma se absteriam ajuda a estimular atitudes e habilidades cívicas, que são importantes de várias maneiras para a qualidade global da democracia, espero também conseguir corroborar com esse argumento.

Serão apresentadas pesquisas do Datafolha expondo se há desapego do cidadão ao voto obrigatório durante denúncias de corrupção nas instituições políticas, e aproximação do cidadão à aceitação ao voto obrigatório nos tempos em que as instituições políticas - Congresso Nacional e Presidência - estão bem conceituadas perante a opinião pública.

A pesquisa será descritiva e desenvolvida por meio de uma base de dados quantitativos. A metodologia a ser utilizada será extraída de dados das pesquisas do Datafolha publicadas desde o período de 1989 e também serão utilizados os dados da pesquisa realizada na disciplina de Métodos Quantitativos em Ciência Política ministrada pelo Professor Ricieri Garbelini, na qual foi utilizado um questionário com dez perguntas. Esta pesquisa de opinião foi realizada no mês de setembro de 2014 em Curitiba e Região Metropolitana, abrangendo um total de 101 entrevistados, foi realizada a aplicação de questionário estruturado através de entrevistas pessoais com o objetivo de tentar descobrir quais variáveis podem estar associadas com as posições a respeito do voto obrigatório.

A pesquisa é não probabilística e foi realizada por conveniência com o intuito de verificar o que a população de Curitiba e Região Metropolitana pensa sobre uma eventual implantação do voto facultativo.

Os dados foram processados utilizando o software SPHINX e o Excel para analisar e tabular os dados no laboratório de informática da UNINTER.

O DEBATE BIBLIOGRÁFICO

Voto e participação popular

O ponto máximo de uma democracia é a eleição, quando pelo voto os representantes políticos são escolhidos pela população para representá-los perante o Estado. As eleições na atualidade se beneficiam com aperfeiçoamentos e também se desgastam com a complexidade dos direitos exigidos dos cidadãos.

Na Europa, a história do século XIX foi marcada pela luta entre as forças democráticas exigindo voto e eleições diretas, e as forças do velho regime centralizador da monarquia. Ao final daquele século as forças democráticas obtiveram importantes conquistas. Resultando que no início do século XX na grande maioria dos países ocidentais vigorava o direito amplo de votar. Porém, no século XX, a luta pró-democracia não cessou, iniciou-se a luta para convencer as pessoas a comparecerem às eleições e votarem. Senão, a vitória da conquista do direito de participação política seria em vão (SOUZA FILHO, 2009).

No ano de 1920 o volume de pessoas que se recusavam a votar nas eleições nos principais países da Europa era surpreendente. Até na Inglaterra, que já havia implantado transformações democráticas desde 1648, os níveis de abstenção para o início do século XX ultrapassavam os 4 milhões de pessoas em Londres, significando mais da metade do eleitorado. Portanto, a equação que o regime tinha que resolver dizia não somente a não participação ativa e consciente dos cidadãos, mas, antes, a simples participação desses nas eleições. (SOUZA FILHO, 2009)

No Brasil, os defensores que lutam pelo direito de se abster do voto obrigatório talvez não imaginem a importância que os nossos antepassados davam ao voto. E a satisfação e o orgulho do cidadão que possuía os requisitos da época que o faziam apto para votar eram imensos e a valorização da eleição era relevante como se observa a seguir,

A primeira eleição no Brasil aconteceu em 1532, em São Vicente, quando da instalação da Câmara por Martim Afonso de Sousa, comandante da expedição que fundou a primeira vila do país. Durante o período colonial as eleições se tornaram corriqueiras. Elegiam-se os vereadores, escrivães, juízes, procuradores e tesoureiros, mas o direito de votar era restrito aos "homens bons": nobres de linhagem e seus descendentes, os proprietários rurais, a alta burocracia civil e militar e seus descendentes, e ainda os comerciantes enriquecidos.³

Poucos países têm uma história eleitoral tão rica quanto a do Brasil. Durante o Período Colonial a população das vilas e cidades elegia os representantes dos Conselhos Municipais. Infelizmente poucos usufruíam a possibilidade de exercer o voto. O ato de votar pertencia somente aos indivíduos considerados superiores. Fatores como a renda, o grau de estudo, a nobreza, o gênero eram considerados itens para exercer o direito ao voto. O direito de votar era restringido a poucas pessoas. Somente em 1932 houve uma ampliação do direito ao voto. Atualmente os eleitores escolhem os representantes para os principais postos de poder. As fraudes praticamente foram eliminadas, poucos duvidam da sua legitimidade. A urna eletrônica permite apresentar o resultado em poucas horas. As eleições são competitivas, o sufrágio é universal e as restrições não são significativas. (NICOLAU, 2004).

Atualmente no Brasil, o voto é obrigatório para os cidadãos com mais de 18 e menos de 70 anos de idade e facultativo para quem tem mais de 70 anos, analfabetos e cidadãos maiores de 16 e menores de 18 anos. O sufrágio também possui características importantes como a universalidade, atributo que torna o voto dever de todo cidadão, e periodicidade, que permite que os cidadãos escolham seus representantes de tempos em tempos. Além disso, a votação é secreta, característica que assegura o sigilo sobre qual candidato foi escolhido pelo eleitor.⁴

A importância do voto obrigatório no Brasil é um fator que faz muitos cientistas políticos estudarem e se aprofundarem cada vez mais sobre o tema.

³ SÃO PAULO. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Legislativo paulista - Das eleições de 1532 à Lei Saraiva: As primeiras eleições.** 2002. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=264890>>. Acesso em: 17 maio 2015.

⁴ EXPÓSITO, Nicolle. **Voto no Brasil: a história de uma expressão da cidadania.** 2014. Coordenada por Web Ales. Disponível em: <<http://www.al.es.gov.br/portal/frmShowContent.aspx?i=26560>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

Quanto ao aspecto de comparecimento do eleitor à urna “Os analistas, tanto os que condenam (BOLLEN, 1980) quanto os que apóiam (LIJPHART, 1995 e 1997) concordam que o voto obrigatório geralmente aumenta o comparecimento em cerca de 25 pontos (ver Jackman, 1987),” (ELKINS 2000, p. 110).

Se o eleitor tiver a possibilidade de escolher entre participar ou não de uma eleição, uma boa parte do eleitorado tenderá a não participar ainda mais se não obtiver algum benefício. “Segundo Figueiredo, estudos realizados em diferentes períodos apontam que, se o voto se tornasse facultativo, em torno de 30% deixariam de comparecer.” (BARRETO 2008, p. 193).

Em países onde o voto é facultativo, a ausência do eleitor abrange grande parte da população apta para votar. “Castro et AL. (1997) e Meneguello (2003) apresentam pesquisas realizadas em 1996, 1998 e 2000, que trazem índices mais altos, cerca de 50%.” (BARRETO 2008, p. 193).

O não comparecimento do cidadão para depositar o seu voto no dia das eleições acaba afastando e alienando-o da política. Porém, o fato de ter mais pessoas participando da eleição, mesmo que seja por motivo de obrigatoriedade estimula atitudes e habilidades cívicas, muito importantes de várias maneiras para a qualidade global da democracia (ELKINS, 2000).

“A exposição à informação política e o ato de votar podem ter aumentado em 50% o número de cidadãos com algum grau de eficácia política, atributo que é bem conhecido por aumentar a participação”. (ELKINS, 2000, p. 130). Aspectos institucionais, como o voto obrigatório, despertam o interesse do eleitor (BARRETO, 2008).

Ao defender o voto facultativo incorre-se no risco de fazer injustiça para com os que utilizam, mesmo inconscientemente, a eleição como único meio de exercer sua cidadania participativa, sem esquecer que o ato de votar além de ser um direito, é também um dever que o cidadão tem com a sociedade e com o Estado. Senão não teria sentido o cidadão exigir a plena democracia sem a obrigação de participação para fortalecê-la.

Faz sentido obrigar alguém a votar? O ato que, em tese, expressa nossa liberdade não deveria ser plenamente livre? Não seria melhor que o ato de votar fosse um ato de amor? Seria. Mas aqui tocamos uma questão filosófica. Quando falamos em liberdade, ela inclui o direito de escolher não ser livre? À primeira

vista, pode até parecer que sim. Mas, se consideramos a liberdade como um valor importante, a democracia como um valor em si, algumas conseqüências se seguirão. A primeira é que liberdade e democracia não são meios ou instrumentos, porém fins. A segunda é que, por isso mesmo, não se pode renunciar a elas. Se eu puder abrir mão da liberdade, ou se a maioria do povo puder votar o fim da democracia, será porque elas são de pequeno valor. Mas, se forem fins em si ou valores superiores, não se pode abrir mão delas. É nesse sentido que o voto, na democracia, não é somente um direito, mas também uma obrigação. (DIRCEU e IANONI, 1999, p. 35-36).

Para manter a democracia e a liberdade o voto do cidadão torna-se uma obrigação irrenunciável se o seu desejo é preservá-las.

Voto como adesão e significado

Em seu artigo publicado Voto: Racionalidade ou Significado, Palmeira escreve,

[...] o voto tem o significado de uma adesão. [...] Para o eleitor, o que está em pauta em uma eleição não é escolher representantes, mas situar-se de um lado da sociedade. [...] a adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do tempo da política. (PALMEIRA, 1997, p.27)

Segundo Palmeira (1997), quando o cidadão participa efetivamente na escolha de um determinado candidato numa eleição ele passa a sentir-se parte da sociedade, mesmo que ele não possua o título de eleitor, o fato de ele estar empenhado e envolvido numa disputa política fará posteriormente ele regularizar sua situação junto ao sistema eleitoral. Esse eleitor, sua família e seus amigos automaticamente não estarão excluídos do processo eleitoral, seu envolvimento nas eleições o fará mais eficaz para a sociedade. Assim, quanto mais pessoas exercendo seu direito e dever de votar, melhor para a sociedade, menos exclusão e mais participação o eleitor ao votar sente se incluído, e percebe que esse sentimento de inclusão faz-lhe bem.

Pode-se entender que com a sua não obrigatoriedade, os eleitores diminuiriam, e a democracia se não enfraqueceria também não se consolidaria com menos eleitores votando nos seus representantes. Pois é através do voto que o cidadão sente se mais confortável para controlar seus representantes eleitos.

Viver num país democrático é o desejo praticamente de todos. Sob essa lógica, a vontade do povo não importando a situação educacional, racial, social ou financeira precisa ser respeitada e representada.

Para refletir melhor basta observar o parágrafo único do Art. 1º da nossa Constituição: “Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

Ao analisar bem esse parágrafo da Constituição que diz que o poder emana do povo e não de apenas uma parte dele, então é necessário ter o máximo possível de pessoas escolhendo seus representantes, e o voto é o meio mais eficaz para sua realização.

Mesmo existindo estudos que dizem que a obrigatoriedade do voto seria uma norma pouco democrática, há fatos que não podem ser negados que mostram a existência de muitos países onde democracias estáveis utilizam essa medida institucional.

E os motivos obedecem a critérios políticos democráticos, tais como conseguir a participação de grupos religiosos, minorias políticas ou, simplesmente, garantir a presença da maioria nas eleições. (NOHLEN *apud* OLIVEIRA, 1999)

Mesmo aquele cidadão, que é excluído da sociedade, por quaisquer fatores, seja educacional, renda, cor ou algum outro, com a obrigatoriedade do voto ele sentirá que faz parte de um grupo, o dos eleitores, e assim tende a tornar-se mais eficaz como cidadão participativo.

Desconfiança nas instituições políticas

Não se pode esmorecer, a luta tem que ser constante para o fortalecimento da democracia. Schlomoff (2009) argumenta que o cidadão brasileiro não tem grande interesse pela política, e cita Fábio Wanderley Reis que, em seu artigo Dilemas da Democracia no Brasil, apresenta uma pesquisa do ano de 2002 feita em 17 países latino-americanos apontando o Brasil como o país com menor proporção de respostas em que 37% apontam a democracia como preferível a qualquer outra espécie de regime. E a

proporção de brasileiros que declaram não saber o que significa a democracia ou não responderam à pergunta chega a 63%.

Assim, o autor aponta que a falta de interesse na questão do próprio regime do Estado reflete a fraqueza da penetração da consciência política no Brasil.

Moisés (2005), escrevendo sobre a democracia argumenta que ao mesmo tempo em que apóiam o regime democrático os brasileiros revelam uma ampla e contínua desconfiança em suas instituições

A democracia brasileira está relativamente consolidada – a maior parte dos especialistas reconhece isso. Mas ela enfrenta um paradoxo: as instituições democráticas são objeto de ampla e continuada desconfiança dos cidadãos brasileiros. Pesquisas recentes mostram que, apesar do apoio ao regime democrático *per se*, cerca de 2/3 dos brasileiros não confiam – em diferentes graus – em parlamentos, partidos, executivos, tribunais de justiça e serviços públicos de saúde, educação e segurança. Surveys realizados entre 1989 e 1993 revelaram que a percepção negativa das instituições atravessa todos os segmentos de renda, escolaridade, idade e distribuição ecológica, chegando a influir sobre a disposição dos cidadãos para participar de processos políticos, como a escolha de governos (MOISÉS, 2005, p.34).

Mesmo com essa desconfiança nas instituições o Brasil vive um período de estabilidade política e democracia consolidada com eleições periódicas. Porém,

a desconfiança em excesso e, sobretudo, com continuidade no tempo, pode significar que, tendo em conta as suas orientações normativas, expectativas e experiências, os cidadãos percebem as instituições como algo diferente, senão oposto, àquilo para o qual existem: neste caso, a indiferença ou a ineficiência institucional diante de demandas sociais, corrupção, fraude ou desrespeito de direitos de cidadania geram suspeição, descrédito e desesperança, comprometendo a aquiescência, a obediência e a submissão dos cidadãos à lei e às estruturas que regulam a vida social. (MOISÉS, 2005, p. 34).

A desconfiança generalizada e por muito tempo nas instituições públicas pode criar dificuldade de funcionamento do regime democrático. Essa dificuldade pode ser aumentada pelo afastamento do cidadão das eleições. Então nesse caso, o voto compulsório faria o papel de reaproximação do cidadão com as Instituições Públicas.

No Brasil, desde a saída dos militares do poder em 1985 em que a censura foi eliminada gradualmente, até praticamente em sua totalidade na atualidade, constantemente a mídia publica fatos relacionados à corrupção, a desvios de dinheiro público, à compra de votos dos parlamentares e assim aumenta a desconfiança da população nas Instituições Públicas. Para exemplificar melhor serão citados quatro momentos em que o Congresso Nacional estava com uma rejeição alta na avaliação da população pela divulgação da pesquisa do Datafolha⁵. No ano de 1993 o escândalo na Comissão de Orçamento do Congresso, popularmente mais conhecido como o escândalo dos “anões do orçamento”. Em 2005 o escândalo do mensalão envolvendo muitos parlamentares. Em 2009, os atos secretos do Sarney denegriram ainda mais a imagem do Congresso Nacional. Em 2013 houve manifestações praticamente em todo o país contra o sistema político como um todo. Após o aumento das tarifas na passagem dos ônibus, o povo saiu nas ruas pedindo mudanças nas tarifas e também praticamente contra todo o modelo e funcionamento que estava ocorrendo nas Instituições Públicas Federais Estaduais e Municipais.

Como o eleitor não enxerga a justiça punir severamente os culpados como ele gostaria, e pouca coisa muda após as denúncias ou mesmo as manifestações, ele procura se afastar de todo aparato político, pois sente se incapaz de agir, simplesmente não sobra alternativa senão ignorar qualquer assunto sobre política.

Assim, pode-se constatar que o povo tem tendências maiores a manter distância da política em geral. Porém não se pode deixar de observar o outro lado, quando o governo tem aprovação popular, como foi no momento da implantação do Plano Real, beneficiando a população em geral com o fim da inflação, ou ainda, no início do governo Lula quando foi dado aumento real sobre o salário mínimo, e foram implantadas políticas sociais beneficiando maciçamente à população mais carente, a aprovação do eleitor ao Congresso teve um aumento e automaticamente a não desaprovação do voto compulsório.

⁵ DATAFOLHA (São Paulo). **Opinião Pública:** Avaliação do Congresso. 2015. Elaborada por Instituto de Pesquisa Datafolha. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/index.shtml>>. Acesso em: 08 maio 2015.

Para entendermos que pode haver influência da aprovação da gestão do governo sobre o interesse do eleitor na eleição e assim, influenciar na rejeição ou aprovação do voto obrigatório, será analisada a pesquisa⁶ do Instituto Datafolha, realizada em 2014, onde 61% dos eleitores brasileiros rejeitam o voto obrigatório. A pesquisa também constatou que 57% dos eleitores não iriam votar se o voto não fosse obrigatório.

Para a população em geral há uma descrença muito forte nos políticos, pois não se enxerga perspectivas em não acabar, mas pelo menos diminuir os escândalos, pelo fato de que os dirigentes dos partidos continuarem os mesmos há muitos anos como mostra uma matéria do ano 2008 no jornal Folha de São Paulo⁷, sobre a perpetuação dos líderes partidários. E que mesmo com apoio popular, e maioria praticamente absoluta no Congresso Nacional, o governo não conseguiu ou não colocou como prioridade a realização de mudanças reais para aumentar a vigilância e punir os culpados.

Muitos dos que apóiam o voto facultativo publicam seus pareceres afirmando que o fator do voto compulsório não ajudou a fortalecer a consciência da população na importância da democracia para a liberdade do cidadão. A população em sua grande maioria continua não tendo interesse nas questões políticas. Porém, a pesquisa⁸ do datafolha feita em fevereiro 2014 demonstra que 62% dos brasileiros acham que a democracia é a melhor forma de governo. Em 2008 a mesma pesquisa mostrava 61% de apoio à democracia, e em 1992, 42% defendiam a democracia como a melhor forma de governo.

Pode-se perceber que há um aumento significativo nesses últimos anos de pessoas que vêem a importância da democracia. O voto compulsório pode ser um dos

⁶ DATAFOLHA (São Paulo). **Eleições:** Rejeição a voto obrigatório atinge 61% e alcança taxa recorde entre brasileiros. 2014. Elaborada por Instituto de Pesquisa Datafolha. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/05/1453158-rejeicao-a-voto-obrigatorio-atinge-61-e-alcanca-taxa-recorde-entre-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

⁷ MATAIS, Andreza. **Líderes partidários se perpetuam no poder.** 2008. Coordenada por Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2912200805.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

⁸ DATAFOLHA (São Paulo). **Opinião Pública:** Brasileiros preferem democracia, mas são críticos com seu funcionamento. 2014. Elaborada por Instituto de Pesquisa Datafolha. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/03/1433561-brasileiros-preferem-democracia-mas-sao-criticos-com-seu-funcionamento.shtml>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

fatores que causaram esse aumento. Pois como já foi dito o voto aumenta o sentimento de eficácia política.

Motivação e comparecimento eleitoral

Em seu artigo *O Eleitor Ausente*, Barreto (2008) faz uma análise que aborda quem são as pessoas e por quais motivos deixam de comparecer a uma eleição. E sintetiza as três teorias: a de recursos, a da mobilização e a da motivação instrumental. (FRANKLIN, 1996, *apud* BARRETO, 2008 p.198). “Lima Jr. e Anastásia (1999) afirmam que a primeira salienta fatores de ordem individual; a segunda contextual; e a terceira assume premissas racionalistas”. (BARRETO, 2008, p.198).

A primeira teoria de recursos é a mais difundida, ela destaca que a maior ou menor participação do indivíduo na eleição corresponde à escolaridade, condição sócio-econômica, faixa etária, informação, disponibilidade de tempo, local de moradia (Power e Roberts, 1995; Justel, 1995; Lima Jr., 1990; Tostes, 1995; Mattos Neto, 1997; Vitullo, 2002; Costa, 2007, *apud* BARRETO, 2008, p. 198).

Diversas investigações classificam diferentemente o peso de cada recurso na abstenção do voto. Já Franklin, (1996) *apud* BARRETO, (2008), não acredita na capacidade explicativa dessa teoria. Para ele a variação é maior de país para país do que entre diferentes tipos de indivíduos.

A segunda, teoria da “mobilização política” afirma que a capacidade de atração e mobilização dos candidatos, partidos, associações, entidades e a mídia influenciariam no comparecimento do eleitor às urnas e a abstenção seria menor. (BARRETO, 2008).

Sem a obrigatoriedade do voto, analisando pela ótica da teoria da mobilização política, (Vitulo, 2002 p. 229, *apud* BARRETO, 2008 p.199) argumenta que cada eleição é única e os dados a ela relativos correspondem mais as suas peculiaridades do que a um comportamento coerente no tempo, pode-se argumentar que os eleitores iriam participar com seu voto conforme o assunto de cada eleição. Se por acaso um grave escândalo de corrupção explode na mídia envolvendo não somente o partido que está no poder, mas sim, diversos partidos de uma coalizão, possivelmente nas próximas eleições ainda mais se o fato ocorrer perto da época eleitoral, e a justiça lenta não julgar de

imediatos os culpados, o eleitorado sentiria um desencanto com a política em geral e provavelmente deixaria de comparecer nas urnas, causando um grave prejuízo para a democracia, e para o seu próprio benefício. A obrigatoriedade do voto não deixa o eleitor afastar-se das eleições por mais que sinta repulsa da política em geral.

E por fim, a terceira que é a teoria da motivação instrumental. Esta teoria é a que melhor compreende a participação eleitoral, pois atende aos elementos trazidos pelas duas anteriores e adiciona aspectos não contemplados por elas como argumentar que o eleitor vai às urnas motivado pelo desejo de alterar o curso das políticas públicas. De acordo com Barreto a participação política não é consequência de estado mental ou cultural de qualquer sociedade, e sim eminentemente uma ação instrumental. As pessoas participam quando e se as suas ações são compreendidas, por elas próprias, como sendo capazes de produzir um resultado almejado. (FRANKLIN, 1996, p. 222 *apud* BARRETO, 2008 p. 200)

Os fatores que contribuem no interesse do eleitor em comparecer as urnas são os custos e benefícios do voto. Assim, ele destaca algumas variáveis como a obrigatoriedade do voto ou não, proporcionalidade no aproveitamento do sufrágio, voto presencial ou pelo correio, quando ocorre a eleição, dia de semana ou fim de semana, o tempo que as urnas ficam abertas, e por fim a mais decisiva das variáveis: a importância da eleição e, nesse quesito, os estudos têm reafirmado que pleitos para o Executivo apresentam menor abstenção do que aqueles válidos para o legislativo (FIGUEIREDO, 1990; LIMA JR. E ANASTASIA, 1999; FREIRE E MAGALHÃES, 2002, APUD BARRETO, 2008, P. 200).⁹

E concluindo a sua investigação sobre a abstenção, Barreto (2008) conclui que:

Outros autores ponderam que essas teorias falham, ao tentarem identificar um conjunto unívoco de razões para a abstenção, e propõem a conjugação de esforços analíticos como forma de dar conta da complexidade que envolve a abstenção. O mote, mais do que o ecletismo, é o reconhecimento de que o não comparecimento às urnas é um fenômeno que atinge a diferentes indivíduos, grupos e classes, a cada disputa, em países social e economicamente distintos, que seguem, por sua vez, ordenamentos político-institucionais também diversificados. Por isso, ele tem múltiplas e concomitantes motivações, as quais

⁹ No Brasil não há parâmetros recentes para sustentar esta afirmação, pois as eleições para o Executivo e o Legislativo ocorrem concomitantemente tanto em escala estadual, quanto municipal – e o segundo turno é válido apenas para o Executivo. Eventuais diferenças podem ser verificadas tão-somente em relação a votos válidos.

só podem ser bem apreendidas e dimensionadas, quando a investigação se dispõe a enfrentar tais desafios. (BARRETO, 2008, p. 203).

As dificuldades para decifrar motivos do aumento ou diminuição do índice nas abstenções eleitorais são imensas. No Brasil, temos a nossa cultura, os nossos costumes, nem tudo o que funciona em um país vai funcionar no outro da mesma forma. Depende da formação da nação. Nosso povo é uma mistura de descendência de índios que prezavam muito a liberdade, dos negros que foram escravizados e sujeitados à obediência, e por fim, dos portugueses, estes, aventureiros e exploradores. Houve também outros imigrantes europeus que vieram para o Brasil com o passar dos anos influenciando alguns costumes, especificamente em algumas regiões. Somos ímpares na América do Sul, somos o único país sul americano que foi uma monarquia antes da república. Conscientes das nossas diferenças é preciso analisar os dados sobre o voto no Brasil de acordo com a nossa realidade.

Outro fator importante que merece atenção é o cuidado que se deve tomar ao modificar uma lei dessa envergadura. Os legisladores que apóiam a mudança da lei da obrigatoriedade do voto, somados à pressão da opinião pública momentânea poderão facilmente alterar a lei do voto obrigatório no momento de uma denúncia ou escândalo. Para contextualizar essas afirmações, podemos citar as pesquisas realizadas pelo Datafolha¹⁰ que indicam que o índice de rejeição ao Congresso altera de acordo com denúncias relacionadas à corrupção. Uma observação importante a que precisamos nos atentar é que na mesma época que acontecem esses fatos, aumenta o número de eleitores que desejariam que o voto não fosse obrigatório.

Portanto, existe uma associação entre desaprovação às instituições e voto facultativo que poderia gerar um ciclo vicioso de desconfiança, desinteresse e abstenção eleitoral. Contrariamente, como disse Palmeira e Elkins, o ato de votar tende a induzir o ciclo inverso: o voto é um momento que melhora e aproxima o eleitor de suas instituições representativas.

¹⁰ DATAFOLHA (São Paulo). **Opinião Pública: Avaliação do Congresso**. 2015. Elaborada por Instituto de Pesquisa Datafolha. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/index.shtml>>. Acesso em: 08 maio 2015.

O eleitor médio e os grupos mais organizados

Um fato que é extremamente necessário analisar com cuidado é que com a implantação do voto facultativo poderia surgir um risco de somente algumas minorias seriam representadas. Entre essas minorias, pode-se citar as igrejas evangélicas, que elegeriam os seus representantes facilmente, pois os líderes religiosos dessas igrejas têm autoridade suficiente para convencer os seus fiéis a votar de acordo com a sua convicção.

Em seu artigo (Lopes, 2013), declara que,

A participação de evangélicos no âmbito político brasileiro tem se mostrado crescente desde as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em 1987-1988; revelando que a religião tem sido cada vez mais presente e atuante na esfera pública. Desde então, os parlamentares evangélicos têm conquistado seu espaço sendo eleitos para deputados estaduais, federais e senadores; buscando assim, defender suas posições e convicções e, participar diretamente nas decisões de políticas públicas (LOPES,2013).

O fortalecimento da democracia poderá ficar enfraquecido com o aumento desse tipo de eleitor. Para comprovar o seu argumento, Bohn (2007) demonstra que o grupo evangélico apresenta a maior probabilidade de possuir atitudes ambivalentes em relação à democracia.

Segundo Bohn (2007) a probabilidade de um membro da religião católica desenvolver opiniões ambivalentes em relação à democracia é de 0.73. A mesma probabilidade para uma pessoa sem religião é de 0.98. Para os evangélicos pentecostais o número é maior: 0.99. Portanto, a probabilidade de um eleitor evangélico ser ambivalente em relação à democracia é 36% maior do que a de um católico. Todos esses resultados são estatisticamente significativos e demonstram que não só os evangélicos pentecostais são o segmento religioso que mais se mostra insatisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil como também são os mais indiferentes à democracia e os que mais acreditam que, em algumas situações, regimes autoritários são melhores do que democracias.

Também há movimentos sociais atuantes e ativos com seus militantes, muitos desses movimentos com objetivos corporativos e sem diálogo com a sociedade, estes facilmente obteriam cadeiras no Congresso (DE OLIVEIRA, 2004).

Existem vários exemplos, porém o trecho do artigo de Yolanda Carvalho de Oliveira, sobre o MST (Movimento dos Sem Terra), já demonstra a situação,

[...] o que se observa como sendo uma tendência recente do Movimento de não procurar em outras instituições aqueles que lhe servirão de representantes políticos, mas de constituí-los a partir de seus próprios quadros, se refere à busca incessante do movimento por autonomia. A idéia de autonomia, apesar de já estar presente na gênese do MST, é construída gradualmente junto com o processo de amadurecimento e crescimento do Movimento, o qual vai se refletir no campo da representação política [...]

Se computarmos os dados já comprovados pelas pesquisas mais importantes que o voto facultativo diminui o número de eleitores, então é possível concluir que a representatividade dos grupos não organizados, do qual o eleitor médio faz parte, poderá ser fortemente afetada.

Pois indivíduos independentes com grande discernimento político e uma opinião pública autônoma não se encontram nem mesmo nas maiores e mais estáveis democracias ocidentais. Há pesquisas empíricas realizadas a partir da década de 1940 que mostram um homem médio pouco participativo e alheio a movimentos e organizações políticas (OLIVEIRA, 1999).

A definição da decisão do eleitor médio na escolha do seu voto não reflete mecanicamente da situação econômica e pessoal do eleitor. Há mais aspectos.

Os eleitores podem distinguir seus problemas individuais daqueles que são provocados pelo governo; podem observar as diferentes esferas de poder e responsabilizar distintos níveis do governo pelas dificuldades enfrentadas; podem ainda separar sua situação atual de suas perspectivas sobre seu futuro. Assim, o conjunto de fatores avaliados evidencia que o caminho percorrido até o depósito do voto nas urnas é bastante complexo: o discernimento sobre a divisão de responsabilidades entre as esferas de governo, o balanço entre o passado, os benefícios do futuro, entre outros, podem interferir na decisão do voto. (TELLES, LOURENÇO E STORNI, 2009).

Existem vários casos, como exemplo, seria interessante olhar para a Europa onde Schlomoff (2009) comenta sobre o fenômeno de abstenção, que está aumentando e cita o exemplo do que houve na França. Nas eleições presidenciais de 2002, Jean-Marie Le Pen (de extrema direita) passou para o segundo turno, em grande parte por causa da fraca participação eleitoral da esquerda francesa.

Ainda no continente europeu existe o exemplo das eleições do parlamento europeu com 45% de votantes em 2004 contra 63% em 1979 (SCHLOMOFF, 2009).

No Brasil, numa eventual implantação do voto facultativo poderia diminuir a participação do eleitor médio, aquele eleitor com distanciamento ideológico, sem identidade partidária em que um conjunto de fatores define a escolha de votar ou não.

Nas sociedades latino-americanas onde os partidos políticos não são instituições fortemente institucionalizadas, é notável a desconfiança dos eleitores nos partidos e no Congresso Nacional. (TELLES, LOURENÇO E STORNI 2009).

Neuman (1986) descreveu o eleitor médio americano como desinteressado, com pouca informação sobre política, sem opinião sobre assuntos políticos, com baixa estruturação do pensamento político, entre outras características que o desqualificam como o eleitor tipicamente racional de Downs. (TELLES, LOURENÇO E STORNI 2009, p.93)

Modificar a lei, retirando a obrigatoriedade do voto pode retirar ainda mais a participação da população em questões públicas.

A obrigatoriedade do voto não beneficia nem prejudica a elite política ou a algum partido específico. Ela apenas beneficia ao cidadão que se torna mais participativo a cada eleição.

Portanto, é válido alegar que o ato de votar torna-se um mecanismo de expressão política que mantém a equidade entre os cidadãos.

QUEM IRIA VOTAR? O IMPACTO DO VOTO FACULTATIVO SOBRE O PERFIL DEMOGRÁFICO DOS ELEITORES EM CURITIBA

Nota metodológica sobre os dados utilizados

Neste capítulo serão utilizados os dados da pesquisa realizada na disciplina de Métodos Quantitativos em Ciência Política ministrada pelo Professor Ricieri Garbelini, na qual foi utilizado um questionário com dez perguntas. Esta pesquisa de opinião foi realizada no mês de setembro de 2014 em Curitiba e Região Metropolitana, abrangendo

um total de 101 entrevistados, foi realizada a aplicação de questionário estruturado através de entrevistas pessoais com o objetivo de tentar descobrir quais variáveis podem estar associadas com as posições a respeito do voto obrigatório. A pesquisa foi descritiva e desenvolvida por meio de uma base de dados quantitativos.

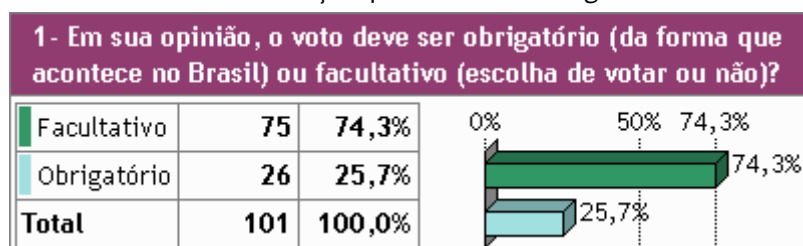
A pesquisa é não probabilística e foi realizada por conveniência com o intuito de verificar o que a população de Curitiba e Região Metropolitana pensa sobre uma eventual implantação do voto facultativo. Primeiramente foi verificado se a variável do perfil social do entrevistado influencia na preferência da obrigatoriedade do voto ou não, e também seguidamente foi averiguado se a confiança dos entrevistados nas instituições políticas influenciaria na decisão de votar se o voto não fosse obrigatório, e por fim foi comparado se a avaliação da população sobre a gestão do governo e o aumento de denúncias de corrupção divulgadas pela mídia aumenta o desejo do cidadão pelo voto facultativo ou não. Os dados foram processados utilizando o software SPHINX e o Excel para analisar e tabular os dados no laboratório de informática da UNINTER. Através de uma análise dos cruzamentos dos dados será possível notar os sentimentos do eleitor durante a realização da entrevista.

Resultados

Dentro da pesquisa a primeira das perguntas era se o voto no Brasil deveria ser obrigatório ou facultativo, 74,3% responderam sua preferência pelo facultativo. Não houve nenhum agrupamento social entrevistado em que prevaleceu a preferência do voto obrigatório. Esse percentual segue índices não muito distantes de outras pesquisas publicadas sobre a obrigação do voto.

O voto facultativo tem a preferência independentemente do sexo, da idade, da renda familiar e escolaridade. Porém há algumas variáveis que necessitam algumas argumentações que serão expostas a seguir.

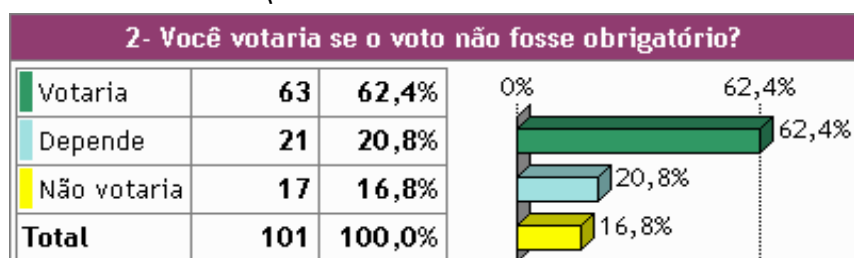
TABELA 1: Posição quanto ao voto obrigatório



Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

O voto facultativo foi a preferência da maioria dos entrevistados, representando um percentual de quase 75% do total. Para melhor entender a realidade dos entrevistados de Curitiba e RMC foram comparadas com outras variantes para assim tentar estabelecer um padrão sobre as preferências dos eleitores potenciais. Em um primeiro momento nota-se a prevalência do voto facultativo, afinal três quartos ($\frac{3}{4}$) optou pela não obrigatoriedade do voto. Sendo assim, nesta primeira abordagem não há muita diferença de opinião, mesmo a taxa de pessoas que preferem o voto facultativo ser relevante, não há dúvidas que o voto facultativo é o escolhido pela maior parte dos entrevistados.

TABELA 2: Quem iria votar no caso de voto facultativo



Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Embora a maioria questionada tenha respondido que votaria mesmo se não fosse obrigada e apenas 16,8% não votaria, percebe-se uma quantidade relativamente expressiva de pessoas (20,8%) que votariam sob determinadas circunstâncias. Esses dois últimos quesitos somam quase 40%, sendo assim, pode-se perceber um baixo interesse pelas eleições e pelo processo eleitoral.

TABELA 3: Opinião das mulheres e dos homens em relação a obrigatoriedade do voto.

Sexo?				
1- Em sua opinião, o voto deve ser obrigatório (da forma que acontece no Brasil) ou facultativo (escolha de votar ou não)?				
	feminino		masculino	
	N	% cit.	N	% cit.
Facultativo	37	71,2%	38	77,6%
Obrigatório	15	28,8%	11	22,4%
Total	52	100,0%	49	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Em uma abordagem sobre a obrigatoriedade ou não do voto no Brasil, nota-se uma paridade entre a opinião de homens e mulheres, isto é, se verificarmos apenas o gênero não há muita discrepância, já que de todas as mulheres entrevistadas 71,2% acreditam que o voto facultativo seria a melhor opção em uma eleição e seguindo a mesma linha de raciocínio, dentre todos os homens, 77,6% também preferem o voto não obrigatório. Com essa pequena diferença em porcentagem percebe-se que o sexo não é o fator mais relevante na hora de escolher qual deveria ser o método de voto no Brasil.

TABELA 4: Quem iria votar no caso de voto facultativo por sexo

Sexo?				
2- Você votaria se o voto não fosse obrigatório?				
	feminino		masculino	
	N	% cit.	N	% cit.
Votaria	25	48,1%	38	77,6%
Depende	13	25,0%	8	16,3%
Não votaria	14	26,9%	3	6,1%
Total	52	100,0%	49	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Uma outra pergunta foi feita aos entrevistados, e quando questionados se votariam caso o voto não fosse obrigatório houve uma grande diferença nas opiniões entre homens e mulheres. De modo geral, a maioria dos homens (77,6%) confirma que votariam sim caso não obrigados fossem, e apenas 6,1% deles não votariam, cenários esse

Confiança nas instituições e adesão ao voto obrigatório: uma relação necessária?

que muda quando analisadas as mulheres. Dentre as mulheres, apenas um pouco menos da metade votariam, apresentando um percentual de 29,5% a menos do que o masculino, e 26,9% delas afirmam que não votariam. Houve ainda aqueles que alegaram que votariam ou não dependendo de outros fatores, aí se observa que 25% das mulheres e 16,3% dos homens optaram pelo “depende”. Essa tabela demonstra claramente o distanciamento e desinteresse das mulheres na política em relação aos homens, fica evidente que a participação masculina seria bem maior caso as eleições tomassem um caráter facultativo no quesito do voto.

TABELA 5: Como as pessoas de diferentes idades se posicionam a respeito do voto facultativo e obrigatório

Faixa Etária: 1- Em sua opinião, o voto deve ser obrigatório (da forma que acontece no Brasil) ou facultativo (escolha de votar ou não)?										
	35 a 44 anos		16 a 24 anos		25 a 34 anos		45 a 59 anos		maior que 60 anos	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Facultativo	24	75,0%	16	66,7%	18	75,0%	17	81,0%	0	
Obrigatório	8	25,0%	8	33,3%	6	25,0%	4	19,0%	0	
Total	32	100,0%	24	100,0%	24	100,0%	21	100,0%	0	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Dentre as faixas etárias analisadas, três quartos (3/4) daqueles com idades entre 25 e 44 anos se mostraram favoráveis a não obrigatoriedade do voto, índice tão alto quanto ocorreu também naqueles com idades entre 45 e 59 anos, onde 81% dessa faixa etária também tem a preferência pela facultatividade dos votos, com os mais novos isso não muda muito, já que 66,7% preferem o voto facultativo. Ainda na análise quanto à idade, percebe-se que cerca de 30% dos entrevistados de cada grupo de idade opta pelo voto obrigatório, ficando evidente, portanto, que independentemente da idade o voto facultativo é o mais escolhido. Os mais velhos dessa entrevista foram os que demonstraram com mais radicalismo a opção de que o voto não deveria ser de cunho obrigatório aos cidadãos brasileiros, foi nessa faixa etária que ficou evidente que quanto mais avançada a idade, maior o sentimento de que o direito ao voto não deve ser imposto. Apesar desses dados, a idade dos participantes não é a única variável relevante, deve-se levar em conta fatores como cenário político atual, geração entre outros Não houve entrevistados acima de 60 anos de idade.

TABELA 6: Relação de idade com o envolvimento na política

Faixa Etária: 2- Você votaria se o voto não fosse obrigatório?										
	35 a 44 anos		16 a 24 anos		25 a 34 anos		45 a 59 anos		maior que 60 anos	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Votaria	18	56,3%	17	70,8%	18	75,0%	10	47,6%	0	
Depende	7	21,9%	6	25,0%	3	12,5%	5	23,8%	0	
Não votaria	7	21,9%	1	4,2%	3	12,5%	6	28,6%	0	
Total	32	100,0%	24	100,0%	24	100,0%	21	100,0%	0	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Depois da análise sobre a preferência da obrigatoriedade do voto mediante idade, foi analisado quantos votariam caso o voto fosse de fato facultativo, ou seja, quantos exerceriam a cidadania se não fossem obrigados. Os entrevistados com idades entre 35 e 44 anos apresentaram que apenas um pouco mais da metade votaria mesmo sem ser obrigada, já entre os mais novos, mais de 70% daqueles entre 16 a 34 anos optaram por votar mesmo não sendo obrigados. É interessante analisar como a maioria daqueles com menor idade estariam mais presentes em uma eleição de voto facultativo do que aqueles um pouco mais velhos, já que desses, praticamente metade votaria e a outra metade seria dividida entre não votantes e alguns ainda indecisos sobre sua posição. Ainda comprovando esse distanciamento dos entrevistados com mais idade, tem-se um índice de apenas 47% de votantes em uma suposta eleição onde o voto fosse facultativo, esse grupo não atingiu nem a metade dos seus participantes. Desse modo, via de regra, à medida que aumenta a idade dos respondentes, diminui a tendência ao comparecimento eleitoral numa situação de voto facultativo.

TABELA 7: Influência da escolaridade na opinião quanto a obrigatoriedade do voto

Escolaridade: 1- Em sua opinião, o voto deve ser obrigatório (da forma que acontece no Brasil) ou facultativo (escolha de votar ou não)?														
	Ensino Superior completo		Ensino Superior incompleto		Ensino Médio completo		Ensino Médio incompleto		Ensino Fundamental completo		Analfabeto Lê e escreve Ensino Fundamental incompleto		Não Respondeu	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Facultativo	34	87,2%	15	62,5%	17	73,9%	3	50,0%	3	60,0%	2	66,7%	1	100,0%
Obrigatório	5	12,8%	9	37,5%	6	26,1%	3	50,0%	2	40,0%	1	33,3%	0	0,0%
Total	39	100,0%	24	100,0%	23	100,0%	6	100,0%	5	100,0%	3	100,0%	1	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Confiança nas instituições e adesão ao voto obrigatório: uma relação necessária?

Através dos gráficos é possível notar que o voto facultativo possui uma grande aceitação em diferentes públicos. Dentre os entrevistados que possuem curso superior completo 87,2% acredita que o voto deveria ser facultativo e 62,5% dos entrevistados que possuem curso superior incompleto pensam o mesmo. Os entrevistados que possuem ensino médio completo que acreditam no voto facultativo somam 73,9%, e dos que possuem fundamental completo, 60% acredita no voto facultativo. Dos analfabetos, pessoas que leem e escrevem ou com ensino fundamental incompleto 66,7% opinam a favor do voto facultativo.

Independente da escolaridade há uma clara preferência pelo voto facultativo, como já mencionado anteriormente. Entretanto os entrevistados que possuíam apenas ensino médio incompleto foram os únicos que obtiveram um percentual de 50%, sendo assim metade tem preferência pelo voto obrigatório e a outra metade pelo voto facultativo. De modo geral, pelo menos metade ou mais dos respondentes encaixados em cada grupo de escolaridade apresenta opinião semelhante e escolhem o voto não obrigatório. Convém relatar que 9 alunos do curso de Ciência Política da Uninter participaram como entrevistados constando na coluna ensino superior incompleto.

TABELA 8: Influência da escolaridade na participação eleitoral em uma eleição de voto facultativo.

Escolaridade: 2- Você votaria se o voto não fosse obrigatório?														
	Ensino Superior completo		Ensino Superior incompleto		Ensino Médio completo		Ensino Médio incompleto		Ensino Fundamental completo		Analfabeto Lê e escreve Ensino Fundamental incompleto		Não Respondeu	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Votaria	20	51,3%	21	87,5%	14	60,9%	3	50,0%	2	40,0%	2	66,7%	1	100,0%
Depende	14	35,9%	3	12,5%	2	8,7%	2	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Não votaria	5	12,8%	0	0,0%	7	30,4%	1	16,7%	3	60,0%	1	33,3%	0	0,0%
Total	39	100,0%	24	100,0%	23	100,0%	6	100,0%	5	100,0%	3	100,0%	1	100,0%

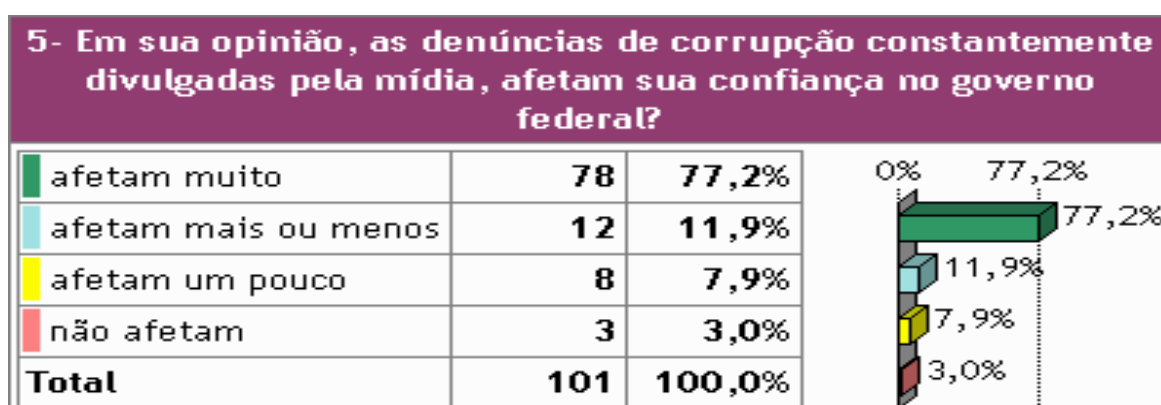
Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Considerando o nível de escolaridade dos entrevistados quando questionados se votariam caso o voto não fosse obrigatório, verifica-se uma variedade de opiniões. Dentre os entrevistados que possuem curso superior completo 51,3% votaria, 12,8% não votaria e 35,9% declararam que depende das circunstâncias, porcentagem essa muito considerável, que demonstra uma certa instabilidade política, os indecisos representam nesse montante uma parcela de pessoas que não tem um posicionamento firme em relação ao cenário político. A quantidade de votantes aumentou para 87,5% dentre os entrevistados

com curso superior incompleto, o índice de votantes que declarou não saber se votaria foi de 12,5% e não houve entrevistados que disseram não votar. Entre os níveis de escolaridade mais baixos, percebe-se uma queda na média de votantes caso o voto fosse facultativo, 60,9% dos entrevistados com nível médio completo afirma que votaria sim enquanto 30,4% negam e 8,7% não soube dizer se votaria ou não. Para os entrevistados com ensino médio incompleto, 50% votaria, 33,3% afirmou não saber e 16,7% não votaria. Dentre os entrevistados com ensino fundamental completo, 40% afirmam que votariam, 60% não votariam e não houve nenhum entrevistado que disse não saber. Em relação aos entrevistados analfabetos, que leem e/ou escrevem e com ensino fundamental incompleto 66,7% votaria, 33,3% não votaria e não houve nenhum entrevistado que disse não saber. Apenas 1 entrevistado não respondeu sua escolaridade, entretanto afirmou que votaria mesmo não sendo obrigatório.

De todos os respondentes, aqueles com nível fundamental completo foram os que obtiveram menor índice de participação em eleições de voto facultativo, menos da metade deles demonstrou que participariam das eleições, sendo assim, há um distanciamento da vida política naqueles que completaram o ensino fundamental e não voltaram a estudar até então.

TABELA 9: As denúncias de corrupção X A confiança dos eleitores



Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Apenas uma pequena parcela dos entrevistados não se comovem com as denúncias de corrupção divulgadas pela mídia, entre todos os que responderam o questionário, apenas 10,9% consideram que tais denúncias não afetam ou afetam pouco a

confiança que possuem no governo federal. Os indivíduos que responderam que afeta muito somam a maioria, representando 77,2% do total, e aqueles que se sentem afetados mais ou menos representam 11,9%. Isso demonstra que a qualidade do governo pode influenciar na aproximação do eleitor com as Instituições Públicas e que a maioria construiu uma tênue ligação entre confiança no governo federal e denúncias de corrupção.

TABELA 10: Gênero em relação à confiança no governo federal mediante denúncias de corrupção

Sexo?				
5- Em sua opinião, as denúncias de corrupção constantemente divulgadas pela mídia, afetam sua confiança no governo federal?				
	feminino		masculino	
	N	% cit.	N	% cit.
afetam muito	42	80,8%	36	73,5%
afetam mais ou menos	4	7,7%	8	16,3%
afetam um pouco	5	9,6%	3	6,1%
não afetam	1	1,9%	2	4,1%
Total	52	100,0%	49	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

A maioria dos entrevistados, tanto homens quanto mulheres consideram que as denúncias de corrupção afetam e muito sua confiança ante ao governo federal, do total de homens 73,5% se sentem muito afetados e 80,8% das mulheres tiveram o mesmo posicionamento. Dentre aqueles que responderam que afeta mais ou menos houve uma maior discrepancia entre os sexos. A diferença foi de 8,6%, isto é, dos homens, 16,3% se sentem mais ou menos afetados e das mulheres apenas 7,7%. Aqueles que se mostraram indiferentes à essa questão e que responderam que afeta pouco ou nem afeta somou um percentual de 11,5% para o público feminino e de 10,2% para o masculino. Concluímos que o sexo não é o fator mais relevante quando se analisa as denúncias de corrupção no cenário político e o grau em que isso afeta a população pois ambos os sexos demonstraram o mesmo grau de sentimentalismo quando se deparam com denúncias de corrupção.

TABELA 11: Faixa etária não diferencia o sentimento dos eleitores frente à denúncias de corrupção

Faixa Etária: 5- Em sua opinião, as denúncias de corrupção constantemente divulgadas pela mídia, afetam sua confiança no governo federal?										
	35 a 44 anos		16 a 24 anos		25 a 34 anos		45 a 59 anos		maior que 60 anos	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
afetam muito	27	84,4%	19	79,2%	15	62,5%	17	81,0%	0	
afetam mais ou menos	1	3,1%	3	12,5%	5	20,8%	3	14,3%	0	
afetam um pouco	2	6,3%	2	8,3%	4	16,7%	0	0,0%	0	
não afetam	2	6,3%	0	0,0%	0	0,0%	1	4,8%	0	
Total	32	100,0%	24	100,0%	24	100,0%	21	100,0%	0	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Ainda abordando o tema sobre as denúncias de corrupção, percebemos que independentemente da idade, uma vasta maioria se sente afetada com tais denúncias. Aqueles com idades entre 25 a 34 anos foram os que menos representaram ficar muito afetados, numa parcela de 62,5%, pois as outras faixas etárias analisadas mostraram que mais de 79% sentem-se muito afetados. Já os que se sentem mais ou menos afetados ou pouco afetados mostram uma grande discrepância. Os mais jovens, entre 16 a 24 anos, representam uma quantidade de 12,5% do seu total e de 8,3% respectivamente. Já dentro a faixa etária dos 25 aos 34 anos 20,8% se sentem mais ou menos afetados e apenas 4% a menos se sente pouco afetado. Para essas duas faixas etárias anteriormente abordadas ninguém considerou que não os afeta. Para aqueles que possuem entre 35 aos 44 anos poucos consideram que são mais ou menos afetados, nota-se isso com um pequeno percentual de 3,1%, o restante dessa faixa de idade se dividem entre afeta um pouco ou não afeta. Por fim, aqueles com idade mais avançada na pesquisa representam uma pequena parcela dos que não se sentem nada afetados, cotando 4,8%, e uma parcela de 14,3% que responderam que ficam mais ou menos afetados. Nessa faixa etária ninguém alegou se sentir um pouco afetado. Salvo as diferenças apresentadas nos níveis que relacionam um sentimento débil ante algumas denúncias, não há erro em admitir que indiferentemente da idade a maioria tem seu nível de confiança no governo federal muito afetada quando se depara com escândalos que são constantemente divulgados pela mídia.

TABELA 12: Sentimento dos eleitores de acordo com a escolaridade

Escolaridade: 5- Em sua opinião, as denúncias de corrupção constantemente divulgadas pela mídia, afetam sua confiança no governo federal?														
	Ensino Superior completo		Ensino Superior incompleto		Ensino Médio completo		Ensino Médio incompleto		Ensino Fundamental completo		Analfabeto escreve	Lê e Ensino Fundamental incompleto	Não Respondeu	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
afetam muito	34	87,2%	19	79,2%	13	56,5%	3	50,0%	5	100,0%	3	100,0%	1	100,0%
afetam mais ou menos	3	7,7%	3	12,5%	5	21,7%	1	16,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
afetam um pouco	1	2,6%	2	8,3%	3	13,0%	2	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
não afetam	1	2,6%	0	0,0%	2	8,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	39	100,0%	24	100,0%	23	100,0%	6	100,0%	5	100,0%	3	100,0%	1	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

A escolaridade quando analisada juntamente com outros fatores mostra níveis bem diferentes de entendimentos. Se confrontarmos a escolaridade dos entrevistados com o que sentem quando se deparam com denúncias de corrupção divulgadas pela mídia verifica-se que uma maioria absoluta de pessoas com baixa escolaridade se sentem muito afetadas. Entretanto, em todos os outros níveis percebemos uma expressiva maioria de pessoas que também são atingidas quando a mídia transmite situações de corrupção. Além daqueles com baixo nível de escolaridade o outro extremo também revelou não ficar confortável com essas denúncias, pois os entrevistados com ensino superior completo e os com ensino superior incompleto atingiram mais de 80% de seus totais respondendo que ficam muito afetados com os escandalos. No entanto é peculiar o fato de que os indivíduos com ensino médio incompleto foram os que representaram menor índice à esse fato. Desses, 50% sentem-se muito afetados e da outra metade 33,3% responderam que ficam um pouco afetados apenas, restando 16,7% que disseram que ficam mais ou menos afetados com as denúncias midiaticamente vinculadas. Tais percentuais não foram muito diferentes daqueles entrevistados que possuem ensino médio completo.

Embora exista uma comoção da maioria, o vácuo deixado entre aqueles com mais escolaridade e aqueles com menos é intrigante. Apesar de não haver nesse momento um quesito que determine o porque dessa lacuna entre as escolaridades e o quanto o sentimento é afetado com denúncias de corrupção, pode-se entender intuitivamente, que os indivíduos que se encontram ou pararam na metade da vida acadêmica são os que menos absorvem a grandeza e a importância das informações sobre o governo federal.

TABELA 13: Voto facultativo e obrigatório e a consciência emocional dos eleitores

1- Em sua opinião, o voto deve ser obrigatório (da forma que acontece no Brasil) ou facultativo (escolha de votar ou não)?				
5- Em sua opinião, as denúncias de corrupção constantemente divulgadas pela mídia, afetam sua confiança no governo federal?				
	Facultativo		Obrigatório	
	N	% cit.	N	% cit.
afetam muito	57	76,0%	21	80,8%
afetam mais ou menos	11	14,7%	1	3,8%
afetam um pouco	6	8,0%	2	7,7%
não afetam	1	1,3%	2	7,7%
Total	75	100,0%	26	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

A opinião dos que preferem o voto facultativo e dos que preferem o voto obrigatório não diverge muito quando confrontada com o seu nível de sentimento em relação as denúncias de corrupção divulgadas pela mídia.

Uma grande porcentagem dos entrevistados que responderam sua preferência no voto facultativo alegou que se sentem muito afetados com as denúncias de corrupção (76%), índice semelhante com os que preferem o voto obrigatório, 80%.

A maior discrepância está naqueles que responderam afetar mais ou menos, percebe-se uma diferença percentual de um pouco mais de 10%, já que os que preferem o voto facultativo representam 14,7% dos que se deixam afetar mais ou menos e dos que preferem o voto obrigatório representam apenas 3,8%.

Ao analisar os que não se sentem afetados com tais denúncias, nota-se também alguma divergência de opinião entre os dois grupos em questão, pois um pouco mais de 7% dos que tem a preferência no voto obrigatório não se sentem afetados e apenas 1,3% dos opinantes do voto facultativo responderam o mesmo. Desta forma aqueles que escolheram o voto obrigatório como o melhor sistema são os que mais demonstraram que não se sentem afetados com denúncias de corrupção.

TABELA 14: Relação entre participação nas eleições e grau de insatisfação ante denúncias de corrupção

2- Você votaria se o voto não fosse obrigatório?							
5- Em sua opinião, as denúncias de corrupção constantemente divulgadas pela mídia, afetam sua confiança no governo federal?							
	Votaria		Depende		Não votaria		
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	
afetam muito	47	74,6%	16	76,2%	15	88,2%	
afetam mais ou menos	9	14,3%	2	9,5%	1	5,9%	
afetam um pouco	6	9,5%	2	9,5%	0	0,0%	
não afetam	1	1,6%	1	4,8%	1	5,9%	
Total	63	100,0%	21	100,0%	17	100,0%	

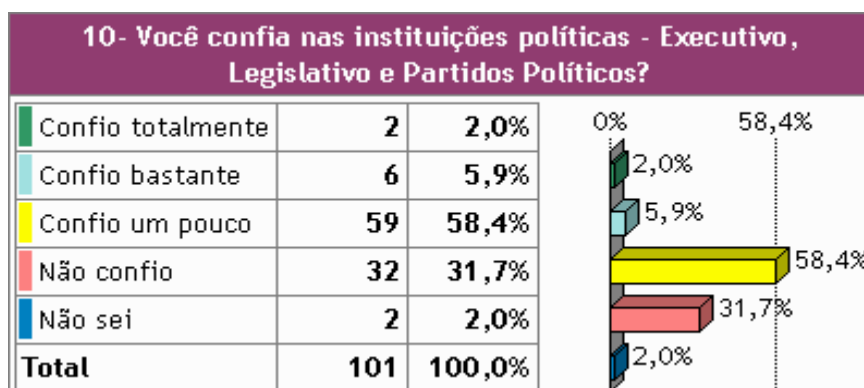
Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Dentre os entrevistados que votariam caso o voto fosse facultativo, 74,6% se sentem muito afetados com as denúncias de corrupção divulgadas constantemente pela mídia, dos que se sentem mais ou menos afetados foram 14,3% e 9,5% destes alegaram que os afeta um pouco. O índice dos que não se sentem afetados foi baixo, contabilizando 1,6% apenas. Já aqueles que afirmaram que não votariam caso não fossem obrigados obtiveram um índice de quase 6% de seu total que alegam não se sentirem afetados com denúncias feitas pela mídia, montante igual aos que alegaram que se sentem mais ou menos afetados. Entretanto há uma parcela muito grande que se sente muito afetada, estes somam 88,2%.

Dos entrevistados que votariam dependendo de outros fatores houve uma representação de 76,2% que se sentem muito afetados, uma porcentagem de 9,5% que responderam afetar mais ou menos e o mesmo percentual para os que responderam um pouco. Dos que não se sentem afetados o índice chega a quase 5%.

Embora as porcentagens sejam semelhantes, aqueles indivíduos que não votariam se não fossem obrigados são aqueles que em maior quantidade responderam que se sentem muito afetados com denúncias de corrupção quando vinculadas. Sendo assim, nota-se que quanto maior a sensibilidade às denúncias de corrupção menor a predisposição de votar.

TABELA 15: Nível de confiança nas Instituições Políticas



Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Dos entrevistados, apenas 2% confia totalmente nas instituições políticas – Executivo, Legislativo e Partidos Políticos, índice esse muito baixo, sendo que quase 60% respondeu confiar um pouco e 31,7 afirmou não confiar, ou seja, a maior parte dos respondentes demonstrou sua insatisfação frente as instituições questionadas. Do restante, 5,9% disse que confia bastante e 2% responderam não saber. As respostas negativas relativas ao nível de confiança nas instituições políticas predominaram, esses dados representam a baixa confiança que essas instituições passam para as pessoas, Esse índice tão alto, de 90% dos entrevistados, sugere que vários fatores levaram à descredibilidade, e isso afeta diretamente a vida política dos eleitores.

TABELA 16: O nível de confiança de homens e mulheres nas Instituições Políticas

Sexo?				
10- Você confia nas instituições políticas - Executivo, Legislativo e Partidos Políticos?				
	feminino		masculino	
	N	% cit.	N	% cit.
Confio um pouco	35	67,3%	24	49,0%
Não confio	13	25,0%	19	38,8%
Confio bastante	1	1,9%	5	10,2%
Confio totalmente	1	1,9%	1	2,0%
Não sei	2	3,8%	0	0,0%
Total	52	100,0%	49	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Confiança nas instituições e adesão ao voto obrigatório: uma relação necessária?

Em relação ao gênero, quando questionados se não confiam nas instituições políticas, os homens se mostram mais insatisfeitos, já que quase 40% deles não confiam, contra 25% das mulheres que não confiam. Entretanto, dos que confiam um pouco, o índice de mulheres é maior. Quase 68% delas confiam um pouco e 38,8% dos homens alegaram o mesmo. Embora mais homens do que mulheres responderam não confiar nessas instituições, nota-se também que há mais deles que confiam bastante, pois 10,2% do público masculino afirmou confiar bastante e apenas 1,9% das mulheres respondeu que confia bastante. Em uma análise preliminar, as mulheres demonstram ser as que menos confiam nas instituições políticas, já que o número delas que respondeu confiar foi praticamente insignificante.

Do restante do público feminino 3,8% respondeu não saber. Dentre os homens nenhum alegou não saber.

Embora a falta de confiança nas Instituições mencionadas partam de ambos os sexos, é peculiar o fato de que a porcentagem de homens que confia bastante chegue a 10%, apesar desse índice não ser tão alto, é relevante, afinal enquanto a maioria das mulheres afirma que não confia ou confia apenas um pouco, tem-se o grupo masculino de certa forma um pouco dividido, pois nesse grupo existe aqueles que não confiam ou confiam um pouco (que também são maioria) e existe aqueles que confiam, mostrando assim que o público masculino está mais dividido e que a divergência de opiniões entre eles é um pouco maior.

TABELA 17: Relevância da idade em relação a confiança nas Instituições Políticas

Faixa Etária:										
10- Você confia nas instituições políticas - Executivo, Legislativo e Partidos Políticos?										
	35 a 44 anos		16 a 24 anos		25 a 34 anos		45 a 59 anos		maior que 60 anos	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Confio um pouco	18	56,3%	16	66,7%	14	58,3%	11	52,4%	0	
Não confio	11	34,4%	7	29,2%	7	29,2%	7	33,3%	0	
Confio bastante	2	6,3%	1	4,2%	2	8,3%	1	4,8%	0	
Confio totalmente	1	3,1%	0	0,0%	0	0,0%	1	4,8%	0	
Não sei	0	0,0%	0	0,0%	1	4,2%	1	4,8%	0	
Total	32	100,0%	24	100,0%	24	100,0%	21	100,0%	0	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Apesar de algumas diferenças percentuais, não aparecem divergências significativas na opinião manifestada em relação ao nível de confiabilidade nas

instituições políticas em relação a faixa etária. Entre todas as faixas etárias analisadas, todas obtiveram maioria ao responder que confiam um pouco.

Do total de entrevistados com idades entre 16 e 24 anos nenhum deles alegou não saber se confiam nas instituições políticas, assim como nenhum deles respondeu confiar totalmente nelas. A maioria dessa faixa etária disse confiar um pouco, representando 66,7% do seu total, do restante 29,2% não confia e 4,2% confia bastante.

Aqueles com idades entre 25 a 34 anos também obtiveram maioria naqueles que confiam um pouco, com 58,3% e em segundo lugar responderam que não confiam, 29,2%. Dessa faixa etária nenhum respondeu confiar totalmente, porém 4,2% disse não saber se confia e 8,3% alegou confiar bastante.

Apenas uma pequena quantidade dos entrevistados respondeu confiar totalmente nas instituições políticas, e esses entrevistados possuíam idade igual ou superior a 35 anos. Dentre os mais jovens não houve porcentagem dos que confiam totalmente.

Os indivíduos com idades entre 35 e 44 anos representam uma pequena parcela dos que responderam que confiam totalmente nas instituições políticas, afinal apenas 3,1% responderam isso, e 6,3% disseram que confiam bastante. Nenhum deles respondeu não saber se confia, porém 34,4% disse não confiar e 56,3% disse confiar apenas um pouco.

Por fim, os de idade entre 45 anos e 60 representa a outra pequena parcela que respondeu confiar totalmente, do total de indivíduos dessa faixa etária, 4,8% respondeu ter total confiança nas instituições políticas, o mesmo número de pessoas respondeu confiar bastante e também respondeu não saber. Um pouco mais da metade dos que representam aqueles com mais de 45 anos disseram confiar um pouco e 33,3% afirmou não confiar.

A partir destes dados conclui-se que quanto mais jovem, menos se confia nas instituições políticas, e que uma minoria dos mais velhos entrevistados ainda possuem confiança total nessas instituições. Embora a faixa etária não seja a principal variável para o estudo, percebe-se nos mais jovens a insatisfação do meio político em que vivem.

TABELA 18: Nível de estudo e confiança nas Instituições Políticas

Escolaridade: 10- Você confia nas instituições políticas - Executivo, Legislativo e Partidos Políticos?														
	Ensino Superior completo		Ensino Superior incompleto		Ensino Médio completo		Ensino Médio incompleto		Ensino Fundamental completo		Analfabeto escreve Ensino Fundamental incompleto		Não Respondeu	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Confio um pouco	22	56,4%	15	62,5%	14	60,9%	2	33,3%	4	80,0%	1	33,3%	1	100,0%
Não confio	13	33,3%	5	20,8%	9	39,1%	3	50,0%	1	20,0%	1	33,3%	0	0,0%
Confio bastante	2	5,1%	4	16,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Confio totalmente	2	5,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Não sei	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	16,7%	0	0,0%	1	33,3%	0	0,0%
Total	39	100,0%	24	100,0%	23	100,0%	6	100,0%	5	100,0%	3	100,0%	1	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Mesmo não havendo um padrão de resposta, pode-se observar que aqueles que obtiveram mais estudos possuem uma maior igualdade em suas respostas do que aqueles com pouco estudo. Dos que completaram ensino médio, dos que tem ensino superior incompleto e dos com superior completo percebe-se que o nível dos que confiam um pouco nas instituições políticas fica em torno de 60%. Desses grupos ainda não houve dúvida em relação à pergunta, ou seja, nenhum deles respondeu não saber. De todos os tipos de escolaridade, apenas um pequeno grupo enquadrado dentro daqueles com ensino superior completo admitiu confiar totalmente. E ainda, dos que confiam bastante também nota-se que são os com um maior nível de escolaridade. De todos os grupos que foram analisados, os que menos confiam são aqueles inseridos no ensino médio incompleto, pois 50% destes afirmaram não confiar. Apesar de todos os grupos demonstrarem confiar um pouco nas instituições políticas, o que mais se destacou foi o daqueles com ensino fundamental completo, já que deles 80% respondeu que confia um pouco e os outros 20% que não confiam.

A maior parcela dos indecisos ficou com aqueles que possuem ensino fundamental incompleto ou que são analfabetos, sendo assim, quanto menor o nível de escolaridade, maior o índice de indecisão e o conhecimento da política de acordo com essa pesquisa. Vale ressaltar, como já mencionado anteriormente, que 9 estudantes do curso de ciência política da Uninter responderam o questionário e estão inseridos no grupo daqueles que possuem ensino superior incompleto, desta forma, pode-se haver algumas discrepâncias quanto a regularidade das resposta tendo em vista que esses estudantes contribuem com um pensamento mais aprofundado sobre política do que o restante dos entrevistados.

TABELA 19: A obrigatoriedade do voto e sua influência na confiança das Instituições Políticas

1- Em sua opinião, o voto deve ser obrigatório (da forma que acontece no Brasil) ou facultativo (escolha de votar ou não)?				
10- Você confia nas instituições políticas - Executivo, Legislativo e Partidos Políticos?				
	Facultativo		Obrigatório	
	N	% cit.	N	% cit.
Confio um pouco	41	54,7%	18	69,2%
Não confio	25	33,3%	7	26,9%
Confio bastante	6	8,0%	0	0,0%
Confio totalmente	2	2,7%	0	0,0%
Não sei	1	1,3%	1	3,8%
Total	75	100,0%	26	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Em toda pesquisa há uma predominância de pessoas que confiam um pouco nas instituições políticas, sendo assim tanto aqueles que preferem o voto facultativo como aqueles que optaram pelo obrigatório demonstram seu baixo nível de confiança nas instituições políticas brasileiras. Ainda nesse raciocínio percebe-se que em torno de 30% dos entrevistados em qualquer um dos dois grupos não confia nas nossas instituições políticas. Entretanto, dos entrevistados apenas aqueles que preferem o voto não obrigatório responderam confiar bastante ou totalmente, somando em média 10% dos entrevistados desse grupo. Existe uma afirmação moderada entre confiar nas instituições e a lesão ao voto obrigatório. Por outro lado a mesma associação ocorre entre não confiar nas instituições e adesão ao voto facultativo.

TABELA 20. Participação eleitoral e confiança nas Instituições Políticas

2- Você votaria se o voto não fosse obrigatório? 10- Você confia nas instituições políticas - Executivo, Legislativo e Partidos Políticos?						
	Votaria		Depende		Não votaria	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Confio um pouco	42	66,7%	12	57,1%	5	29,4%
Não confio	14	22,2%	7	33,3%	11	64,7%
Confio bastante	6	9,5%	0	0,0%	0	0,0%
Confio totalmente	0	0,0%	2	9,5%	0	0,0%
Não sei	1	1,6%	0	0,0%	1	5,9%
Total	63	100,0%	21	100,0%	17	100,0%

Fonte: pesquisa de opinião realizada em Curitiba e RMC em setembro de 2014 – Curso de Ciência Política Uninter.

Em uma suposta eleição onde o voto fosse facultativo, aqueles que não votariam, ou seja, não participariam do processo eleitoral representam uma maioria de pessoas que não confia nas instituições políticas, ou se confia, confia apenas um pouco. Deste grupo de pessoas não houve resposta que demonstrasse que se te bastante ou total confiança nas instituições abordadas.

Dentre os que votariam mesmo se não fossem obrigados, 66,7% deles confia um pouco nas instituições políticas e nenhum deles alegou confiar totalmente, os que não confiam somam um percentil de quase 25%, e os que confiam bastante apenas 10%. Ao confrontar os dados desses dois grupos de entrevistados, fica evidente o fato da falta de fé nas instituições políticas em relação à participação desse grupo nas eleições, os mesmos que não votariam são aqueles que não confiam no poder executivo, legislativo e nos partidos políticos (mais de 64% desses não confia e quase 30% confia apenas um pouco). Dessa forma percebe-se o que aqueles com menor interesse pela política são aqueles que menos confiam nas nossas instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo essa pesquisa de opinião sendo não probabilística, onde as análises poderiam mostrar algumas dificuldades em apontar comparações com outras pesquisas, houve convergência com outros trabalhos dedicados ao assunto. Isto é, com pesquisas

sobre o voto obrigatório publicadas nos meios acadêmicos e também na grande imprensa onde a preferência ao voto facultativo prevelece sobre o obrigatório.

Torna-se necessário salientar que nesta pesquisa não houve entrevistas com pessoas maiores de 60 anos, embora a lei eleitoral dispense a obrigatoriedade de votar somente a partir dos 70 anos. Também a faixa etária de 35 a 44 anos ficou com mais de 31% dos 101 entrevistados superando as demais faixas etárias.

Quanto ao sexo, a pesquisa chegou mais perto dos índices do IBGE e entrevistou 51,49% de pessoas do sexo feminino e 48,51% do sexo masculino.

Quanto à escolaridade, a pesquisa contou com 38% de participantes com Ensino Superior Completo e 24% com Ensino Superior Incompleto, demonstrando diferença entre esses dois itens e a situação real vivida no Brasil.

A renda familiar dos entrevistados também diverge da realidade nacional. 41,6% responderam que recebiam de 2 a 5 salários mínimos. E praticamente 10% ganhavam mais de 10 salários mínimos. E 17,8% recebiam de 5 a 10 salários mínimos. E por fim, somente 25,7% recebiam de 1 a 2 salários mínimos.

Quanto a ocupação profissional 51% dos entrevistados eram funcionários públicos.

Feitas essas ponderações, a pesquisa mostrou claramente que há pouca diferença entre as preferências das pessoas do sexo masculino ou feminino quando se trata de apoiar o voto facultativo, em torno de 6% a mais do sexo masculino pende para o facultativo em relação ao sexo feminino. No entanto, a diferença foi muito marcante entre os sexos quando perguntado se a pessoa votaria se o voto não fosse obrigatório, dos entrevistados do sexo masculino 77,6% responderam que votariam, enquanto que somente 48,1% do sexo feminino responderam que votariam. Assim, praticamente 27% das mulheres deixariam de votar contra 6% dos homens.

Em relação a faixa etária, os jovens dos 16 aos 24 anos, são os que se diferenciam um pouco com 33,3% aprovando o voto obrigatório. As outras faixas etárias mostram o apoio crescente ao voto facultativo terminando em 81% para os entrevistados de 45 a 59 anos, demonstrando que quanto maior a idade, o apoio ao voto facultativo cresce. Item idêntico ocorreu para o caso quando perguntado se votariam caso o voto fosse facultativo, sendo assim, quanto maior a idade o comparecimento às urnas diminui.

Quanto a escolaridade o voto facultativo não foi preferencial somente aos entrevistados que possuíam o ensino médio incompleto, resultando empate de 50%. Quanto aos outros níveis de escolaridade, desde o ensino superior completo até o analfabeto a preferência do facultativo se manteve entre 60% a 87%. Apesar dos índices altos referentes a escolha pelo voto facultativo, não deve-se ignorar o fato de que em todos os níveis de escolaridade analisados houveram aqueles que optaram pelo voto obrigatório. Essa porcentagem variou entre 12% no caso dos indivíduos com ensino superior completo, até 50% no caso daqueles com ensino médio incompleto. Esses índices são de extrema relevância quando existe a preocupação de se entender a preferência real de cada um, isto é, mesmo a maioria tendo optado pelo voto facultativo, não se pode simplesmente deletar a opção dos outros, por esta razão, algumas variáveis são analisadas justamente com o intuito de entender as diferentes realidades políticas.

Em todas as variáveis em questão, a maioria sempre se mostrou incomodada com denúncias de corrupção divulgadas pela mídia, o que contribui para que grande parte dos entrevistados respondesse que ficam muito afetados diante de denúncias como essas, e esse sentimento foi apresentado independentemente da idade, sexo e escolaridade. Entretanto, houve também um grupo relativamente pequeno que afirmaram que tais denúncias não os afetam e optaram pelo voto obrigatório, porém afirmaram que caso não fosse o voto obrigatório, não votariam apontando um distanciamento da política.

De maneira geral, o voto facultativo foi o mais escolhido, esse ponto indica uma ideia de que as pessoas estão insatisfeitas com o modelo adotado hoje, e esse fato pode estar relacionado com a situação política do momento da pesquisa e alguns outros fatores. Mesmo que a maioria tenha respondido que votaria mesmo não sendo obrigada, o número de entrevistados que afirmou que não votaria ou votaria sob determinadas circunstâncias é bastante expressivo. Desses, a maioria são adultos com idades entre 35 e 59 anos, evidenciando assim que já perderam a esperança na política e já não esperam muito do poder público, já os jovens e adultos entre 16 e 34 anos anseiam fazer a diferença e encaram o voto como um direito e ao mesmo tempo um dever, optando assim em sua maioria por votar mesmo que não fossem obrigados.

Por fim, pela pesquisa percebe-se que um percentual alto dos entrevistados optou pelo voto facultativo, porém durante as entrevistas notou-se que as pessoas sentem-se confusas, gerando uma impressão de que não entendem o motivo da preferência pelo voto facultativo, simplesmente não sentem-se confortáveis em fazer algo quando obrigadas.

Em comparação com pesquisas feitas pelo Datafolha no ano 1998 em que a preferência dos entrevistados para o voto facultativo era 51% contra 44% dos que apoiavam o voto obrigatório. Em 2014 pesquisa feita pelo mesmo instituto mostrava 61% dos entrevistados a favor do facultativo e 34% apoiavam o voto obrigatório. Outra pesquisa feita no município de Londrina no ano 1997 coordenada pela Luzia Hermann de Oliveira demonstrou que 68,4% apoiam o voto facultativo e 29,9% o voto obrigatório, chegando mais perto da pesquisa que aqui foi demonstrada. Ao verificar as pesquisas há um item que não pode ser descartado. Enquanto o Datafolha realiza sua pesquisa distribuindo questionários em muitos municípios pelo país as pesquisas de Londrina e Curitiba foram feitas apenas em dois grandes centros e isso ocasionou diferença maior em favor do voto facultativo.

De qualquer forma, apoiado na revisão bibliográfica comprovando que o cidadão brasileiro possui uma certa desconfiança nas Instituições Públicas e não tem grande interesse pela política (Schlomoff, 2009) e é através do voto que o cidadão, por mais que se sinta excluído da sociedade e de todo processo político, tem a sua chance de participação, único mecanismo de expressão política que mantém a equidade entre os cidadãos (ELKINS, 2000) e também em conjunto com as pesquisas aqui comentadas, a confiança nas Instituições Públicas, a percepção da corrupção e a avaliação do governo tem influência no modo de pensar do cidadão, resultando o afastamento do processo político e assim inocentemente faz o cidadão apoiar o voto facultativo não percebendo que o ponto máximo de uma democracia é a eleição.

A obrigatoriedade de voto mantém maior inclusão eleitoral evitando assim a super-representação de eleitores mais mobilizados, como pertencentes a movimentos sociais ou a grupos cativos de lideranças políticas, como os eleitores neopentecostais.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. O eleitor ausente: O não comparecimento às urnas na discussão das Ciências Sociais. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p.187-206, ago. 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CDEQFjAD&url=http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/articledownload/4760/3822&ei=P4doVcjoOM_WgwS24IDABQ&usg=AFQjCNEzNoPC7rcrFeo11E33DA816nfq7g&bvm=bv.95039771,d.eXY>. Acesso em: 28 fev. 2015.

BOHN, Simone R. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). **Opin. Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 366-387, Nov. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Abr 2015.

DE OLIVEIRA, Iolanda Carvalho; GUERRA, Lemuel Dourado. Os significados da representação política nos discursos de militantes e líderes do MST: aspectos observados no caso do sul da Bahia. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 12, p.127-139, dez. 2004. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_10.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2015.

DIRCEU, José; IANONI, Marcus. **Reforma Política: Instituições e democracia no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 48 p.

ELKINS, Zachary. Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil. **Opin. Pública**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 109-136, Apr. 2000 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762000000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Mar 2015.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opin. Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p.386-421, 2009. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0104-62762009000200005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762009000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 mar. 2015.

LOPES, Noemi Araujo. **A frente parlamentar evangélica e sua atuação na câmara dos deputados**. 2013. 110f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7140/1/2013_NoemiAraujoLopes.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2015.

MENDONÇA, Ricardo. Rejeição ao voto obrigatório sobe para 61% do eleitorado. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 11/05/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1452545-rejeicao-ao-voto-obrigatorio-sobe-para-61-do-eleitorado.shtml>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v., n. 1, p.33-63, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v11n1/23694.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 79 p.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. Voto obrigatório e equidade um estudo de caso. **São Paulo Perspec.** São Paulo , v. 13, n. 4, p. 144-152, Dec. 1999 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Mar 2015.

PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 7, p.26-30, out. 1992. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=217:rbc-s-20&catid=69:rbc&Itemid=399>. Acesso em: 15 mar. 2015.

RUBIO, Delia Ferreira. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 73, p. 6-16, Nov. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Mar 2015.

SCHLOMOFF, Arthur. **O voto obrigatório e sua incidência na participação política no Brasil**. 2009. SciencesPo. Disponível em: <http://www.sciencespo.fr/opalc/sites/sciencespo.fr.opalc/files/schlomoff_votoobligatoriobrasil.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SOUZA FILHO, Antônio Maria Claret de. **OS IMPACTOS DAS REGRAS DO VOTO COMPULSÓRIO E FACULTATIVO NAS ESTRATÉGIAS DE CAMPANHA: Eleições Majoritárias Brasileiras e Norte-Americanas Análise Neoinstitucional**. 2009. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/MONOGRAFIA-claret.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

TELLES, Helcimara de Souza; LOURENÇO, Luiz Cláudio; STORNI, Tiago Prata L. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p.91-116, jun. 2009. Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/telles-storni-lourenco-pdf.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

VALENTE NETO, José. O voto facultativo e o financiamento público de campanha eleitoral no Brasil: corrupção, cidadania e democracia em debate. **Themis: Revista da Esmec**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p.193-230, 2003. Disponível em: <<http://www2.tjce.jus.br:8080/esmec/wp-content/uploads/2008/10/themis-v4-n1.pdf#page=187>>. Acesso em: 15 mar. 2015.